

**Assessing Pathways for Channeling Support to Indigenous and Local Communities
Tenure Rights and Forest Guardianship in the Global South**

A case study of Fundo Casa Socioambiental

November, 2022

ESTUDO DE CASO: FUNDO CASA SOCIOAMBIENTAL

Sumário

1. Contexto	3
2. História	4
3. Governança	4
4. Prioridades do Fundo Casa Socioambiental	7
5. Mecanismo financeiro e transparência	9
6. Monitoramento e Avaliação	11
7. Construção de capacidades e aprendizagem	12
7.1 Exemplos de resultados	13
8. Perspectivas estratégica e de escalabilidade do Fundo Casa Socioambiental	14
8.1 Potencial de crescimento financeiro e de concessão de apoio de longo prazo	14
9. Principais desafios relacionados ao apoio a Povos Indígenas e Comunidades Locais	16
9.1 Desafios elencados por representantes de Povos Indígenas e Comunidades Locais no relacionamento com doadores em geral	16
9.2 Desafios elencados pelos doadores em relação ao apoio a PICL	18
10. Principais mensagens, lições aprendidas e recomendações	18

ESTUDO DE CASO: FUNDO CASA SOCIOAMBIENTAL

1. Contexto

A crise climática acelera a perda da biodiversidade e afeta de maneira desproporcional a vida de Povos Indígenas e Comunidades Locais (PICL). Assim, proteger as florestas, as pessoas que nelas moram e diretamente dela dependem, assim como os grupos em maior situação de vulnerabilidade nas zonas rurais e urbanas deve ser uma prioridade na ação climática - tanto do ponto de vista do alcance de políticas públicas, quanto de acesso a mecanismos de financiamento para aumentar a resiliência desses territórios e povos.

Povos indígenas que possuem direito à terra e à floresta são os melhores protetores florestais do mundo e os benefícios são vistos no clima, na biodiversidade e na sustentabilidade. Ao mesmo tempo, a atuação desses povos e das comunidades locais contribui pouco para a emissão de gás de efeito estufa e protegem os maiores sumidouros de carbono do mundo¹. No entanto, apesar da reconhecida atuação em defesa da natureza, projetos de apoio à garantia dos territórios de PICL e de incentivo ao manejo florestal receberam aproximadamente US \$2,7 bilhões entre 2011-2020 de doadores bilaterais, multilaterais e privados, o que representa apenas US \$270 milhões por ano.

Em 2021, em referência à Declaração dos Líderes de Glasgow sobre Florestas e Uso da Terra, um documento assinado por representantes de 145 países que destaca o compromisso em “trabalhar coletivamente para deter e reverter a perda de florestas e a degradação da terra até 2030, ao mesmo tempo em que oferece desenvolvimento sustentável e promove uma transformação rural inclusiva”, os Ministros e representantes dos países e organizações da filantropia internacional assumiram o compromisso de avançar com o apoio a PICL. Para implementar esse compromisso, foi anunciada uma promessa inicial coletiva de US \$1,7 bilhão de financiamento, de 2021 a 2025, para apoiar o avanço dos direitos de Povos Indígenas e Comunidades Locais e ampliar o reconhecimento e recompensas pelo papel como guardiões da floresta e da natureza.

O Brasil figura como um país chave para receber financiamento, uma vez que 13,75% do território brasileiro é formado por terras indígenas localizadas em todos os biomas, sobretudo na Amazônia Legal. Por outro lado, o país obteve em 2021 o maior índice registrado de aumento de gases do efeito estufa dos últimos 19 anos. Essa tendência põe em risco a vida e os territórios dos povos indígenas e comunidades tradicionais, que se posicionam na defesa de seus territórios e das florestas. Somado a isso, os principais mecanismos de financiamento climático brasileiros encontram-se paralisados e judicializados, devido à omissão do governo brasileiro na sua operacionalização desde 2019.

Nesse cenário de desafios, o estabelecimento de um ecossistema de financiamento climático que responda às necessidades de apoio de PICL, considerando suas peculiaridades e diversidades, mostra-se mais importante do que nunca. Entre os mecanismos de filantropia, é importante destacar a atuação daqueles que criam estratégias para que os recursos cheguem na base da população e apoiem comunidades muitas vezes invisíveis e de difícil alcance por parte de mecanismos financeiros tradicionais. Nesse sentido, este estudo de caso aborda o **Fundo Casa Socioambiental**, o primeiro fundo socioambiental para a América do Sul, o qual se propõe a realizar um financiamento baseado na criação de vínculos de confiança com as organizações de base, ao mesmo tempo em que as capacita para democratizar o acesso por parte delas a outras fontes de recurso.

Este estudo contou com a realização de 13 entrevistas, incluindo pessoas da equipe do Fundo, bem como com alguns de seus doadores e organizações apoiadas. Dessa forma, a análise da história, dos mecanismos

¹ IPCC (2022). Sixth Assessment Report: Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability.

de governança e financiamento, das estratégias de monitoramento, avaliação e aprendizagem, bem como os principais desafios e perspectivas estratégicas para fortalecer o apoio a PICL do Brasil foi elaborada com base em diferentes perspectivas que se complementam ao longo do relatório.

2. História

A história do Fundo Casa inicia-se no final da década de 80, quando a Fundação Damien, baseada nos Estados Unidos, tem à frente de sua direção um brasileiro, que decide iniciar um relacionamento com pequenos grupos ligados às causas socioambientais no Brasil. Esse contato foi responsável pela criação da Fundação Francisco, em 1994, a qual funcionou como um embrião do que é hoje o Fundo Casa, tornando-se o primeiro fundo socioambiental brasileiro, composto pelas mesmas lideranças locais apoiadas pela Fundação Damien. Em 1999, a Fundação Francisco teve sua atividade encerrada e suas lideranças passaram a atuar diretamente como conselho do *Global Greengrants Fund* no Brasil. Ao mesmo tempo, estas lideranças organizavam-se para a criação de um novo fundo sul-americano para ampliar ainda mais o impacto na região.

Em 2005, o Fundo Casa Socioambiental surge como o primeiro fundo socioambiental para a América do Sul. Seus objetivos consistem em promover a conservação e a sustentabilidade ambiental, a democracia, o respeito aos direitos socioambientais e a justiça social por meio do apoio financeiro e fortalecimento de capacidades de iniciativas da sociedade civil. Para isso, o Fundo busca **unir pontas entre lideranças locais e grandes fundações globais**, tendo a **atuação em rede** como seu grande propósito norteador. O Fundo é parceiro de instituições filantrópicas nacionais e internacionais que desejam apoiar as comunidades de base, mas na prática encontram desafios para atingir esses grupos. Assim, para garantir que os recursos da filantropia cheguem até os grupos comunitários, o Fundo Casa desenvolveu uma **metodologia de apoio e monitoramento**, que considera a dinâmica e as especificidades dos territórios.

Desde sua criação, o Fundo foca no apoio a grupos que tradicionalmente têm menos acesso a recursos, bem como organizações de base comunitária, com foco em povos indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, extrativistas e grupos de pessoas que lutam para manter a integridade ambiental de seus territórios no meio rural, urbano, ou através do apoio a mobilizações e movimentos sociais. O Fundo fortalece organizações e ajuda a criar condições para que projetos socioambientais relevantes sejam levados adiante na diversidade de biomas e populações da América do Sul. Ao longo de sua história, já são **mais de 2.700 projetos apoiados em 9 países da América do Sul**, com mais de US\$15 milhões destinados ao apoio de iniciativas e cerca de US\$930 mil destinados ao **fortalecimento de capacidades** por meio de oficinas e capacitações.

O Fundo concede diferentes níveis de apoio, que vão desde o apoio a projetos ao fortalecimento institucional e emergencial, por compreender que as organizações apoiadas possuem níveis distintos de amadurecimento organizacional e que devem conquistar autonomia institucional e financeira. Além disso, o Fundo Casa tem avançado na **troca de experiências com outros fundos do Sul Global**, compartilhando boas práticas e sua própria metodologia de atuação, a qual pode ser replicada em outros contextos.

3. Governança

A governança do Fundo Casa é formada por uma **Direção Executiva** e um **Conselho Deliberativo**, que estão no centro da tomada de decisões. Além disso, o Fundo possui uma equipe operacional, composta por 17 pessoas divididas entre os **setores de i) comunicação; ii) coordenação de finanças; iii) coordenação de projetos; e iv) rede de parceiros**. O Conselho Deliberativo é formado por 5 pessoas, das quais 3 são representantes de organizações da sociedade civil brasileira e 2 são lideranças locais, os quais têm como principais objetivos ampliar o entendimento sobre a conjuntura política, social e econômica, e orientar as prioridades de alocação de recursos do Fundo.

O Conselho recebe as demandas das comunidades, orienta as prioridades programáticas e insere a perspectiva de PICL na atuação do Fundo. Além disso, tem o poder de vetar e opinar sobre a seleção dos projetos, de acordo com o alinhamento e estratégias de atuação e priorização do Fundo. Os membros do Conselho possuem experiência na área socioambiental e reconhecimento por sua atuação em âmbito nacional e internacional, bem como poder de veto sobre a seleção de projetos.

Grande parte das pequenas e médias organizações socioambientais dos países da América do Sul trabalha apenas com voluntários e com pouco ou nenhum recurso. Por estarem em territórios distantes, essas organizações encontram dificuldade em acessar recursos para seu funcionamento e para apoio às comunidades que representam. Neste sentido, **a rede de parceiros** do Fundo Casa tem o papel de **apoiar no mapeamento de grupos que precisam de um primeiro apoio, conectando-os ao Fundo**. O Fundo, por sua vez, apoia na construção de capacidades e fortalecimento institucional, promovendo a autonomia e a independência dos grupos, associações e comunidades locais. A Imagem 1 apresenta a estrutura da governança do Fundo Casa Socioambiental.

Imagem 1. Governança Fundo Casa



Fonte: elaborado pela autora.

As ações do Fundo são guiadas pelos conceitos de escuta, respeito, confiança, união, conexão e colaboração, os quais servem de base para nortear a governança e o repasse dos recursos internamente. O processo de financiamento dá-se primeiramente através do **lançamento de “chamadas de projetos”**, ou por meio de **busca ativa por territórios, populações, públicos, e/ou abordagens específicas**. O projeto submetido é analisado pela equipe técnica e rede de parceiros², sendo as propostas categorizadas dentro de um eixo estratégico e programas, que apresentam um público-alvo definido, com diferentes princípios e critérios utilizados como base para o processo de seleção.

Os princípios variam desde o apoio à construção de capacidades e ao fortalecimento institucional, até a resolução de emergências. Os critérios consideram, por exemplo, o tamanho da organização, e temas

²A rede de parceiros é formada pelos diversos grupos, comunidades, pessoas, lideranças que já foram apoiados pelo Fundo Casa ou que são conhecedores das características particulares dos territórios. Além destes grupos que são parte destes espaços, o Fundo Casa tem o apoio de acadêmicos e especialistas nos assuntos e temas pertinentes à cada região, além das próprias ONGs que atuam nos territórios junto às comunidades.

transversais, como a participação de jovens e mulheres. Na sequência, sendo aprovado pelo Conselho Deliberativo, o projeto tem os recursos repassados diretamente para as associações locais. A Imagem 2 destaca as etapas que um projeto percorre desde a sua submissão ao recebimento de recursos. Em seguida, o Quadro 1 apresenta os princípios e critérios que embasam a seleção de projetos.

Imagem 2. Sequência do financiamento de projetos



Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 1. Princípios e Critérios de seleção de projetos

Princípios	Apoio às ações concretas e iniciativas de construção de capacidades do movimento socioambiental;
	Ações que propiciem o desenvolvimento local sustentável;
	Fortalecimento das capacidades de organizações para que se apropriem de agendas prioritárias e estratégicas que afetam suas vidas;
	Ampliação e qualificação da participação da sociedade no monitoramento e engajamento com políticas públicas;
	Prioridade à implementação de ações estratégicas que conectam níveis de trabalhos locais, nacionais e internacionais – ações sinérgicas;
	Apoio prioritário a projetos inovadores que criem soluções ambientais;
	Ajuda às pequenas e médias organizações na descoberta de fontes de financiamento e preparação das mesmas para captação de recursos;
Atendimento a temas e necessidades emergenciais deste campo.	
Critérios	Pequenas e médias organizações socioambientais ativas em toda a América do Sul;
	Grupos que influenciam e monitoram a formulação de políticas públicas, a mobilização social e a conexão de trabalhos locais, nacionais e internacionais;
	Organizações-chave para o desenvolvimento socioambiental;
	Organizações que trabalhem coletivamente em redes, fóruns, consórcios e alianças;
Grupos com a participação de jovens para a formação de novas lideranças;	

De maneira geral, a governança e o modo de funcionamento do Fundo Casa são avaliados como positivos, tanto na visão dos doadores quanto na das organizações financiadas. O Fundo é reconhecido por ampliar a capacidade de atingir grupos que estão na base social de maneira satisfatória. Segundo os financiadores entrevistados, atingir grupos de base garante uma maior eficácia do uso do recurso financeiro. Isso porque uma doação de 30 mil reais (cerca de 6 mil dólares) pode ser irrisória para grandes organizações, mas pode representar a atuação estratégica e a sobrevivência de pequenos grupos locais, os quais consistem no público-alvo do Fundo.

Segundo a percepção dos doadores, o Fundo atua como um fundo local relevante para **qualificar o entendimento e compartilhar informações sobre o que acontece em territórios distanciados dos grandes centros**. Sem ele, a chance das organizações da filantropia de alcançar essas pessoas seria inexistente ou muito limitada, assim como a capacidade de entender as reais necessidades de diferentes grupos espalhados nos territórios.

Por parte dos beneficiários, a visão é de que a **capacidade de diálogo do Fundo com as comunidades é essencial para transformar a realidade daqueles grupos**. Portanto, uma forte relação de confiança é relatada tanto por doadores quanto por beneficiários do Fundo. Além disso, o Fundo Casa prioriza uma estrutura reduzida e descentralizada na governança, contando com parceiros locais para a implementação de projetos, a fim de minimizar os custos operacionais e garantir mais recursos para as organizações apoiadas.

4. Prioridades do Fundo Casa Socioambiental

Desde sua criação, o Fundo tem como públicos prioritários **pessoas em maior situação de vulnerabilidade e organizações com menos acesso aos recursos da filantropia** - as associações locais com baixo orçamento institucional. As categorias de público-alvo incluem Povos Indígenas; Agricultores Familiares; Quilombolas; Pescadores Artesanais/Ribeirinhos/Caiçaras; Extrativistas, Moradores e Cidadãos Ativistas Urbanos & Redes. De acordo com a equipe do Fundo, nos primeiros 10 anos de atividade, a maior parte dos apoios (cerca de 52%) foram realizados para Associações Locais de Moradores, Ativistas Urbanos e Redes, e 48% para grupos de comunidades tradicionais.

Em 2019, o Fundo Casa elencou como público prioritário populações definidas no Plano Nacional de Adaptação como as mais vulnerabilizadas pelas mudanças climáticas. Estas comunidades são conhecidas como Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE), definidos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único)³, o qual consiste no principal instrumento de política pública para identificar as famílias de baixa renda no Brasil, permitindo que o governo tenha conhecimento sobre a realidade socioeconômica dessa população.

Na prática, a diferença entre o apoio antes e a partir de 2019 foi o aumento significativo de suporte às populações tradicionais: em 2021, 81% das doações foram para as comunidades tradicionais e 19% para Associações Locais de Moradores, Ativistas Urbanos e Redes. Este padrão de apoio foi justificado pela equipe do Fundo como um interesse em alcançar mais grupos tradicionais, sendo necessário construir

³ O Cadastro Único é regulamentado pelo Decreto Federal 11.016/2022, e outras normas, e é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda no país. Nele, são registradas informações como as características do domicílio, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda.

caminhos e redes de confiança, e garantir que a informação chegue da maneira correta e com qualidade nas comunidades e junto aos doadores. Após anos de trabalho, o Fundo Casa alcançou redes sólidas junto a esses públicos, a qual facilita a identificação e o fortalecimento destes grupos através do repasse de recursos.

A agenda prioritária do Fundo é revisada anualmente, quando o Conselho Deliberativo e a equipe operacional se reúnem para analisar os desafios socioambientais no cenário sul-americano, e definir as prioridades e estratégias de atuação. Como estrutura de organização, o Fundo Casa possui **seis eixos estratégicos**, os quais são mencionados abaixo. As questões de gênero e juventude são transversais a todos os eixos.

Eixo 1: Defensoras e Defensores de Meio Ambiente e Justiça Climática. Apoio emergencial estratégico para proteger a integridade de lideranças que se encontram em situação de extrema vulnerabilidade na Amazônia brasileira.

Eixo 2: Construção de Capacidades. Voltado a fortalecer os processos de aprendizagem dos grupos apoiados, incluindo fortalecimento institucional, formação, educação, educação popular e formação política de lideranças.

Eixo 3: Proteção dos Territórios, Direitos Humanos e da Natureza. Consiste em apoio para fortalecer a resistência a impactos ambientais, promover a defesa dos modos de vida, a conservação com proteção de modos de vida, justiça social e ambiental.

Eixo 4: Resiliência em Mudanças Climáticas. Inclui medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, assim como o enfrentamento de recuperação de eventos climáticos extremos por caminhos menos vulneráveis. Inclui também a readaptação da produção rural a novas culturas agrícolas, conservação e captação de água.

Eixo 5: Ações Propositivas para Soluções Sustentáveis. Visa reconhecer o conhecimento tradicional e as tecnologias sociais, além de apontar caminhos e inspirar novas políticas públicas nas linhas de geração de renda ecológica e economicamente sustentáveis, agroecologia, permacultura, recuperação/reutilização/ acesso à água, qualidade de vida, economia alternativa e solidária, soluções inovadoras no âmbito de grandes ecossistemas.

Eixo 6: Monitoramento e Participação em Políticas Públicas. Visa reconhecer os grupos e movimentos como atores importantes na construção da democracia, assim como sua participação social como organizações propositivas em políticas públicas.

De forma complementar aos eixos estratégicos, o Fundo determina em quais **programas** e em que territórios o projeto seria enquadrado. Os programas possuem abordagens territoriais que incluem:

- **Rios e Oceanos:** Apoio a ribeirinhos, caiçaras e outras comunidades tradicionais do Nordeste Brasileiro que têm na pesca artesanal sua profissão e modo de vida. Essa atividade de baixo impacto ambiental é cada vez mais ameaçada por especulações imobiliárias, poluição e pesca excessiva.
- **Comunidades:** Apoio a grupos em todo o Brasil, com foco no fortalecimento da comunidade, em temas muito diversos que buscam sustentabilidade e tornam os grupos importantes atores nos processos de transformação local.
- **Amazônia:** Desenvolvido nos 9 países da Pan-Amazônia, apoiando grupos indígenas, ribeirinhos, extrativistas e defensores da floresta, populações impactadas pelo modelo de desenvolvimento econômico.
- **Cidades:** Focado em apoiar projetos que melhorem a vida nas cidades e que fortaleçam os grupos urbanos para enfrentar as desigualdades produzidas pelas cidades, bem como em alertar acerca de sua pressão sobre os recursos naturais.
- **América do Sul:** Objetiva apoiar grupos afetados por megaprojetos que causam desequilíbrio, perdas socioambientais e culturais e que atravessam as fronteiras dos países da América do Sul.

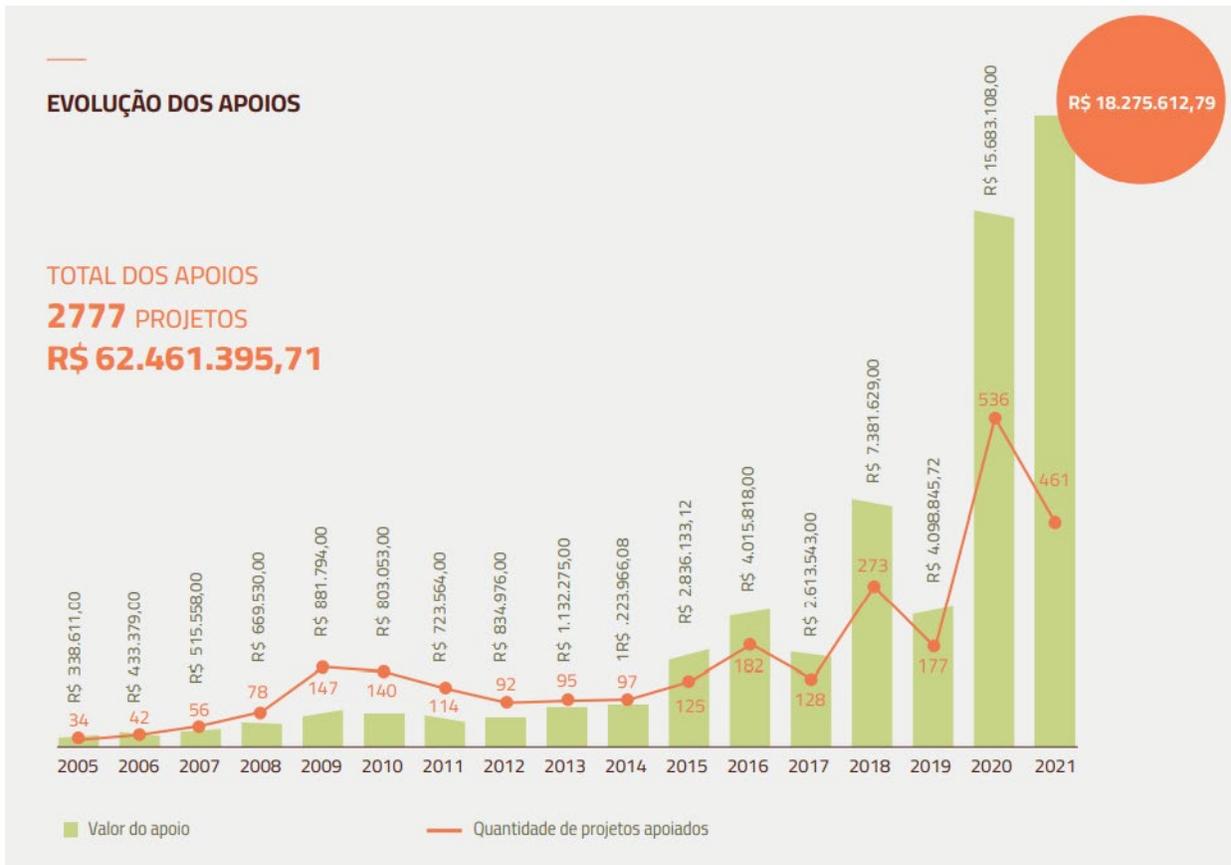
5. Mecanismo financeiro e transparência

Em 2021, o Fundo Casa foi financiado por mais de vinte doadores do Brasil e do mundo, incluindo desde organizações familiares da filantropia, ONGs nacionais e internacionais, fundações e grandes doadores nas áreas de meio ambiente, mudanças climáticas e direitos humanos⁴. No mesmo ano, cerca de 82,73% do orçamento do Fundo foi alocado diretamente para o apoio a PICL. Além disso, os custos com operação e custos administrativos representaram 14,61% do uso dos recursos. Anualmente, o Fundo disponibiliza em seu site documentos relevantes, tais como relatórios de atividades, os quais incluem infográficos e auditorias institucionais independentes.

Em números absolutos, ao longo de seu funcionamento, 2.777 projetos já foram apoiados e mais de R\$ 62 milhões de reais (cerca de 15 milhões de dólares) foram doados. A maior parte dos apoios varia entre R\$ 15 mil (aproximadamente 4 mil dólares) e R\$ 60 mil reais (aproximadamente 12 mil dólares). **Desde 2020, o Fundo iniciou a realização de apoios maiores**, com valores entre R\$ 150 mil (aproximadamente 30 mil dólares) e R\$ 500 mil reais (aproximadamente 100 mil dólares), como uma experiência piloto. A imagem abaixo apresenta a evolução dos apoios realizados ao longo do tempo.

Imagem 3. Evolução do volume de financiamento concedido ao longo dos anos.

⁴ Doadores do Fundo Casa incluem: *Amazon Watch*, *Be The Earth Foundation*, *Both ENDS*, *Charles Stewart Mott Foundation*, Embaixada da França no Brasil, Embaixada Real da Noruega no Brasil, *Fondo De Acción Urgente – FAU*, *Foundation de Luxembourg*, *Frontline Defenders*, *Full Circle Foundation*, Fundo Socioambiental Caixa, *Global Giving*, *Global Greengrants Fund*, *Inter-American Foundation*, Instituto Sociedade, População e Natureza, *Oak Foundation*, *Open Society Policy Center*, Porticus, *Prism The Gift Fund*, *Rockefeller Philanthropy Advisors*, *Synchronicity Foundation*, *The Roddick Foundation*, *The Savitri Waney Charitable Trust*, *Thousand Currents*, *Wellspring Philanthropic Fund*, e WWF Brasil.



Fonte: Relatório de Atividades 2021 do Fundo Casa Socioambiental.

Para o Fundo Casa, **o pequeno apoio é uma entrada ou um ponto de inserção no sistema que impulsiona processos positivos nas comunidades.** Neste sentido, o Fundo vem apoiando sistematicamente projetos que fortalecem os direitos socioambientais das comunidades e que se conectam com medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Entre 2019-2021, foram doados mais de R\$ 36 milhões de reais (mais de US\$ 7 milhões de dólares) para projetos dentro da temática de mudança do clima, o que representa mais de 1.100 projetos com este enfoque. A Imagem 5 mostra como os **eixos** se relacionam entre si e com **medidas de mitigação e adaptação.**

Imagem 4. Eixos temáticos relacionados com medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas



Fonte: Fundo Casa, Relatório de Atividades 2021.

A rotina de prestação de contas e transparência do Fundo inclui as seguintes boas práticas:

- Auditorias externas com padrão internacional;
- Relatórios anuais, com divulgação sobre execução financeira;
- Avaliações externas, que avaliam tanto a área programática, como a eficiência no uso de recursos financeiros;
- Previsões orçamentárias anuais e trimestrais, com projeção da receita e da despesa feita a partir de uma base de dados financeira e de projetos, que propicia diversos estudos financeiros.

Além dos relatórios submetidos pelos parceiros, o Fundo utiliza outros mecanismos para acompanhamento das atividades dos projetos, tais como aplicativos de mensagem para uma comunicação mais rápida e fluida, oficinas para plantão de dúvidas, reuniões específicas, e encontros presenciais com os beneficiários. A comunicação com a equipe do Fundo pode ser feita de maneira informal, o que facilita a interação com os grupos locais, que muitas vezes têm dificuldade de acesso à email e outras plataformas online, devido a limitações no acesso à internet e aos meios de comunicação em geral.

6. Monitoramento e Avaliação

O Fundo Casa Socioambiental desenvolveu uma **base de dados** para oferecer suporte tanto à área de programas, como à coordenação de finanças. Essa base de dados contém informações sobre financiadores, contratos, cadastro de projetos, cadastro de relatórios e indicadores que mapeiam e monitoram o perfil das organizações e projetos apoiados. Esses dados servem para apoiar a gestão diária de cada projeto e prover informação para o monitoramento e a avaliação dos projetos apoiados, servindo como uma ferramenta fundamental para produzir informações estratégicas e para auxiliar na tomada de decisões para a mobilização de recursos.

Com essa ferramenta, o Fundo monitora e avalia seus projetos tendo como base uma série de indicadores, que tem como objetivos medir o impacto da doação realizada nos grupos de locais, observando detalhadamente os resultados dos projetos. A diversidade e a complexidade desse monitoramento só é

possível com dados e informações organizadas e atualizadas constantemente. De acordo com dados do monitoramento, o Fundo gerenciou, em média, 500 projetos por ano, entre o período de 2020-2021. Somente em 2021, os apoios realizados atingiram 414.688 famílias atendidas pelos projetos, sendo 622.675 pessoas beneficiadas diretamente e 10.363.414 indiretamente (Relatório de Atividades, 2021).

Além disso, o Fundo oferece oficinas de capacitação para as organizações apoiadas desenvolverem estratégias para monitorar e avaliar o impacto de seus projetos e reportá-los de volta ao Fundo Casa . Dependendo do tamanho do projeto, os beneficiários devem enviar um ou dois relatórios narrativos e de prestação de contas durante a execução do projeto. Para apoios de até 45 mil reais, a organização só precisa enviar um relatório final de prestação de contas. Se o apoio for acima deste valor, a organização deve enviar um relatório intermediário e outro no término do projeto. Além dos relatórios, o Fundo Casa utiliza outros mecanismos para reforçar o acompanhamento das atividades, tais como a comunicação com os parceiros por aplicativos de mensagem para uma troca mais rápida e fluida, bem como a realização de oficinas para tirar dúvidas e sobre temas específicos, reuniões e encontros presenciais, quando necessários.

7. Construção de capacidades e aprendizagem

Para fortalecer as capacidades das organizações apoiadas, o Fundo realiza **encontros de formação** através do **Programa Fortalecimento de Capacidades**, com o objetivo de promover o aprendizado, visando o alcance da autonomia e da independência dos grupos para gerirem suas próprias organizações e recursos. Para o Fundo Casa Socioambiental, é muito importante oferecer caminhos para que as organizações e os povos se fortaleçam na gestão dos próprios projetos, na gestão financeira e na comunicação institucional, tendo condições de receber recursos diretamente e sendo responsáveis pela sua gestão, bem como atentar à legislação em vigor e à busca constante por boas práticas.

A partir de 2020, em decorrência da pandemia, o Programa Fortalecimento de Capacidades passou a ser 100% virtual. Se por um lado houve uma limitação no acompanhamento presencial, por outro, foi possível aumentar o número de participantes nos grupos de capacitação. O programa contempla os seguintes módulos:

- Módulo 1 - Boas-vindas aos grupos e atuação em rede;
- Módulo 2 - Boas práticas na gestão financeira e prestação de contas;
- Módulo 3 - Boas práticas na gestão administrativa;
- Módulo 4 - Dicas para o fortalecimento e o desenvolvimento institucional.

Após completar os 4 módulos, se necessário, são realizados encontros específicos por programas, com recortes temáticos ou territoriais. Desde a reestruturação do Programa Fortalecimento de Capacidades para atender às demandas virtuais, foram realizadas mais de 70 oficinas, com 1000 pessoas alcançadas e 400 organizações envolvidas. Deste total, só em 2021, 27 workshops foram realizados e 295 organizações foram envolvidas.

“Precisamos de formação em informática e escrita de propostas e também aprender a usar ferramentas básicas, como o Word e Excel. Aprendi a mexer no computador somente em 2017. Mas como se faz para imprimir um documento? Como se escanea uma nota fiscal? Como mandar um link para uma reunião? O que é Google Drive? Demoramos a descobrir tudo isso. Precisamos pedir ajuda a alguns jovens que estudam na cidade.” (Mulher Indígena).

As organizações beneficiadas pelo Fundo Casa destacam que as oficinas de capacitação são de grande valor para o fortalecimento institucional e para a capacidade de gerir projetos. De maneira geral, há um forte interesse dos beneficiários de receber mais **capacitação relacionada a temas como informática, comunicação, monitoramento e avaliação, escrita de projetos, captação de recursos, e capacitação com ênfase no engajamento de mulheres e jovens, a fim de aumentar a representatividade e a inclusão destes grupos**. Para povos indígenas e comunidades tradicionais, a capacitação em informática foi ainda mais ressaltada, visto que o acesso à internet e a ferramentas básicas de tecnologia da informação no dia-a-dia ainda é precário.

Doadores do Fundo consultados para a realização deste estudo corroboram com a importância da construção de capacidades, e afirmam que o processo de capacitação das comunidades é de grande valor para o território, já que evita o *êxodo das pessoas para outras cidades, mantendo a memória e as tradições vivas naquele lugar*. Os financiadores também reconhecem a formação de comunicadores populares como um ponto importante a ser fortalecido. A elaboração de uma **estratégia ampla de comunicação** é vista como uma oportunidade de trazer a voz das comunidades para o centro do debate, uma vez que os pontos de vista dos grupos locais não são pautados na grande mídia.

Ademais, a **capacitação em advocacia popular** é um tema que tem ganhado destaque entre beneficiários e financiadores, visto que a atuação dos defensores e defensoras dos territórios e do meio ambiente tem sido constantemente ameaçadas. O Brasil é o quarto país do mundo que mais mata ambientalistas, de acordo com relatório da ONG Global Witness e muitas vezes as próprias esferas do Estado estão sobrecarregadas e não conseguem oferecer uma resposta rápida aos conflitos que surgem localmente. Dessa maneira, a advocacia popular é um tópico que pode ser explorado no longo prazo para fortalecer a capacidade jurídica das organizações.

7.1 Exemplos de resultados

No âmbito dos pequenos apoios (até 45 mil reais), o Fundo sistematiza **resultados agregados e individuais**. O resultado agregado reúne o impacto da atuação do Fundo como um todo em relação a algum grupo específico. Por exemplo, o Fundo Casa foi uma das organizações que mais apoiou protocolos de consultas a povos indígenas e comunidades tradicionais para estarem de acordo com os requisitos impostos pela Convenção 169 da OIT. Apenas na Bacia do Tapajós, na Amazônia brasileira, o Fundo apoiou a elaboração de 6 protocolos de consulta, envolvendo povos indígenas, moradores de Reservas Extrativistas e pescadores artesanais.

A nível individual, destacam-se organizações que tiveram apoio desde a sua fundação. Um desses exemplos é a Associação das Mulheres Munduruku Wakoborun, que nasceu a partir do apoio do Fundo Casa e tem se fortalecido na defesa dos territórios Munduruku. A Associação foi criada para fortalecer a luta de mulheres indígenas contra grandes projetos de infraestrutura, apoiar a implementação dos planos de vida,

e a articulação das mulheres em instâncias de decisões políticas. Atualmente, a Associação conta com vários outros parceiros e possui atuação nacional e internacional reconhecida.

Com a crescente mobilização e visibilidade da organização, a sede da Associação acabou sendo invadida, em 2021, por garimpeiros ilegais. A estrutura física do prédio, móveis, equipamentos, documentos e artefatos indígenas foram destruídos. Diante do ataque, os Escritórios da ONU Direitos Humanos para a América do Sul e da ONU Mulheres para Américas e Caribe divulgaram um comunicado à imprensa para cobrar das autoridades brasileiras uma investigação rigorosa. Em resposta a este ataque, a Associação de Mulheres Munduruku e o Ministério Público Federal lançaram uma campanha de arrecadação de fundos a fim de reparar o prédio e recuperar os bens perdidos e também impulsionar a luta contra o garimpo ilegal.

8. Perspectivas estratégica e de escalabilidade do Fundo Casa Socioambiental

Como prioridade para os próximos anos, o Fundo almeja ampliar o volume de recursos arrecadados para atingir cada vez mais comunidades de base. Além disso, o Fundo Casa preza pela cooperação e colaboração entre fundos, tendo atuado com o compartilhamento de metodologias e trocas de experiências com outros fundos do Sul Global. Em parceria com o Fundo Baobá e o Fundo Brasil de Direitos Humanos, o Fundo Casa Socioambiental lançou a iniciativa **Aliança entre Fundos**, que propõe um novo modo de atuação no ecossistema da filantropia no Brasil - uma filantropia colaborativa para o alcance da justiça social - com foco na promoção de aporte de recursos diretos para Povos Indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais mais vulnerabilizados pela pandemia da COVID-19.

O modelo de gestão do Fundo Casa tem servido como inspiração para outras organizações. Juntamente com 9 organizações, o Fundo faz parte da **Aliança Socioambiental Fundos do Sul**, uma iniciativa que reúne fundos socioambientais independentes de todo o mundo, fundados e liderados localmente. A Aliança defende proteger o planeta através da disponibilização de recursos para organizações locais de base, que enfrentam o impacto negativo da devastação ambiental e, ao mesmo tempo, propor alternativas sustentáveis para proteger os direitos e territórios das comunidades em todos os ecossistemas.

Com essa perspectiva, o Fundo deseja ampliar a escalabilidade dos apoios e transformar comunidades no Brasil e no Sul Global, demonstrando que as ferramentas de fortalecimento institucional e de captação de recursos devem chegar às comunidades de base para que elas consigam trilhar sua jornada com independência. Considerando que PICL já estão sendo amplamente vulnerabilizados, o recurso deve chegar nesses territórios para oferecer segurança e autonomia. O papel dos fundos locais deve ser o de continuar servindo e apoiando as comunidades até que as suas estruturas sejam criadas e fortalecidas, de modo que eles tenham capacidade de reagir aos riscos e as ameaças no seu território de forma assertiva.

8.1 Potencial de crescimento financeiro e de concessão de apoio de longo prazo

A presente atuação estratégica do Fundo Casa Socioambiental é resumida no Quadro 2, a seguir.

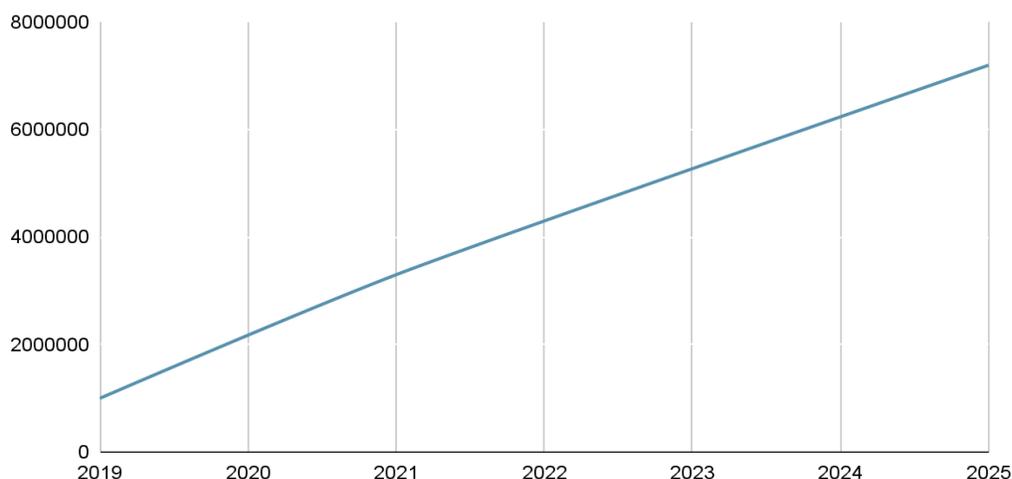
Quadro 2. Resumo do funcionamento do Fundo Casa Socioambiental.

Processo do financiamento	Chamada de projetos -> análise técnica -> aprovação -> repasse dos recursos
Duração do financiamento	Média de 12 meses para apoio a projetos e de 6 meses para apoios emergenciais (defensoras e defensores)
Valor	Doações comuns: de R\$ 15 mil a R\$ 60 mil; Doações pontuais: entre R \$150 mil e R \$500 mil (experiência piloto).

Publico-alvo	Indígenas; Agricultores Familiares; Quilombolas; Pescadores Artesanais/Ribeirinhos/Caiçaras; Extrativistas e Moradores & Cidadãos Ativistas Urbanos & Redes.
Território de atuação	Nacional e Internacional, com ênfase no Sul-Global.
Fortalecimento de capacidades	Através de oficinas sobre gestão administrativa, financeira e institucional; plantão de dúvidas e reuniões específicas.
Prestação de contas	Para apoios de até R\$ 45 mil (maior parte dos casos), o Fundo Casa repassa 90% dos recursos na assinatura do contrato e 10% ao final do projeto, após a apresentação do Relatório Final e da prestação de contas. Para apoios acima de R\$ 45 mil, o Fundo Casa repassa 50% na assinatura do contrato, 45% após a aprovação do Relatório Intermediário, e 5% após aprovação do Relatório Final. Casos urgentes/necessidades emergentes são analisadas caso a caso.
Monitoramento, avaliação e aprendizagem	Realização de Auditorias Externas com padrão internacional; Elaboração de Relatórios Anuais, com divulgação sobre execução financeira; Realização de avaliações externas, que avaliam tanto a área programática como a eficiência no uso do recursos financeiros; Elaboração de Previsões Orçamentárias anuais e trimestrais, com projeção da Receita e da Despesa feita a partir de uma base de dados financeira e de projetos que propicia diversos estudos financeiros.

No entanto, o **Fundo Casa apresenta uma capacidade de ampliar o número de doações realizadas em um prazo de 2 a 4 anos**. Dado que as doações feitas pelo Fundo triplicaram entre 2019 e 2021 (saíndo de em torno de US\$ 1 milhão em 2019 para US\$ 3,3 mi em 2021) apenas com o reforço da equipe da área programática e administrativa, para o médio prazo é esperado que as doações alcancem o valor de US\$ 7,2 mi em 2025. O Gráfico 1 abaixo ilustra o crescimento projetado. Além disso, mais detalhes podem ser encontrados no Anexo I, que apresenta o fluxograma do financiamento.

Gráfico 1. Potencial de crescimento financeiro



Fonte: elaborado pela autora.

Com a maturidade organizacional adquirida ao longo dos anos, associada com a gestão técnica e de projetos, o Fundo espera reforçar a equipe interna para conseguir expandir e implementar o montante doado. Para isso, novas políticas e procedimentos internos têm sido elaborados pela equipe do Fundo, a fim de garantir uma estabilidade para o crescimento.

Apesar da maioria de doações de pequeno valor (até 45 mil reais - cerca de 9 mil dólares), o Fundo entendeu a necessidade de realizar apoios maiores para ações mais estruturantes (150 a 500 mil reais - 28 a 100 mil dólares). Para isso, o Fundo selecionou organizações já apoiadas e avaliadas como detentoras de um nível mais avançado de maturidade organizacional e de capacidade de gerir recursos e projetos. A experiência do Fundo Casa em apoiar projetos maiores traz alguns *insights* e desafios, tais como:

- Necessidade de ter flexibilidade no cronograma de execução de projetos, já que as organizações ainda vão estar em estágio de aprendizado em relação a gerir projetos mais complexos;
- Continuidade do fortalecimento de capacidades de gestão e boas práticas, de maneira individualizada à cada organização;
- Importância de entender as emergências locais e ter recursos adicionais a serem potencialmente alocados, caso seja necessário apoiar emergências sem comprometer o projeto em andamento;
- Necessidade de criação de uma estrutura própria nas organizações, bem como a profissionalização da organização para gerir projetos maiores. Por mais que seja positivo apoios mais estruturantes, isso acaba por deixar as organizações dependentes de um grande recurso para manter essas estruturas em funcionamento.
- A filantropia muda suas estratégias, políticas e foco com certa frequência, e essas eventuais mudanças podem deixar para trás alguns problemas para povos indígenas e comunidades locais. Por exemplo, lideranças indígenas ficaram endividadadas após terem figurado como representantes legais para a criação de organizações indígenas, o que foi colocado por um pré-requisito para a concessão de financiamento por parte de alguns doadores. Muitas dessas organizações não conseguiram se manter em funcionamento devido à falta de capacitação de pessoal, burocracia, altas taxas de manutenção de uma organização no Brasil e o não recebimento de recursos financeiros para custear despesas organizacionais.

9. Desafios relacionados ao apoio a Povos Indígenas e Comunidades Locais

Para a realização deste estudo de caso, equipe, beneficiários e doadores do Fundo destacaram as dificuldades relacionadas ao financiamento de iniciativas lideradas por PICL. Quando questionados sobre o relacionamento do Fundo com os grupos apoiados, os entrevistados reafirmaram o comprometimento do Fundo em se adaptar às necessidades apontadas pelos apoiados, aceitando sugestões e incorporando-as no seu dia a dia. **A capacidade de ouvir os povos de forma acolhedora e atender às necessidades de grupos vulneráveis foi colocada como uma das características marcantes do Fundo** - seja adaptando prazos, linguagem das chamadas de projetos, ou apoiando o fortalecimento institucional para responder a desafios burocráticos. Além dos desafios, algumas medidas sugeridas pelo Fundo Casa para endereçá-los e percepções de representantes de grupos apoiados são mencionados abaixo.

9.1 Desafios no relacionamento com doadores em geral

Garantia de escala e replicabilidade em contextos muito diversos. O Fundo reconhece que um grande desafio é garantir a replicabilidade de modelos de apoio e projetos em realidades e populações tão peculiares e com tanta diversidade de raça e cultura. Outra dificuldade relacionada a isso consiste em reconhecer a conexão entre as diversas dimensões existentes nos territórios onde as comunidades estão envolvidas e que são intrinsecamente conectadas à saúde, educação e renda. Para endereçar essas questões, o Fundo Casa

optou por olhar para os territórios como um todo, considerando a proteção aos diferentes biomas e pessoas a partir de uma abordagem sistêmica.

“Como qualquer organismo vivo, os biomas possuem um sistema inteligente de autorregulação que mantém e protege a vida. Nesse processo, cada parte tem uma função na manutenção do equilíbrio do sistema, inclusive todos os seres que nele vivem. No momento em que qualquer uma das partes entra em desequilíbrio, isso pode impactar o todo de forma negativa. Quanto maior a capacidade e a rapidez com que as outras partes do sistema conseguem identificar o distúrbio (ou seja, a capacidade de comunicação e *feedback*), mais rápido conseguem corrigi-lo e voltar a equilibrá-lo. Partindo dessa abordagem, o Fundo Casa contribui mantendo-se parte das relações, das comunicações internas, das redes de onde se propõe a atuar.” (Guardians of the forests: Financing for climate resilience. Fundo Casa Socioambiental, 2022).

Necessidade de escuta ativa das comunidades. Representantes das organizações beneficiárias elencaram barreiras relacionadas à comunicação com os doadores, ao nível de exigência e burocracia dos processos de seleção, ao monitoramento e avaliação das atividades, e aos processos de prestação de contas. Para eles, os financiadores podem ampliar a escuta ativa das comunidades para compreender melhor a realidade dos PICL e como esses processos podem ser adaptados às suas realidades. Essa escuta pode ser feita através do aumento da representatividade na equipe dentro das organizações financiadoras, a fim de ampliar a mudança de dentro para fora da organização e garantir que outras visões sejam contempladas. A visita aos territórios apoiados por parte dos doadores e da equipe gestora do Fundo Casa foi mencionada como essencial para compreender melhor os desafios particulares de cada região.

Falta de flexibilidade de editais de apoio a projetos. Quanto ao processo de seleção de propostas, há um entendimento entre os beneficiários de que a seleção de um projeto é baseada na melhor escrita e argumentação. No entanto, as lideranças locais afirmam que por vezes as propostas não necessariamente contemplam as necessidades mais urgentes da comunidade, apesar de cumprirem com os critérios estabelecidos pelo edital. Garantir a flexibilidade de editais e que projetos possam ser apresentados de maneira customizada e independentemente de chamada a projetos seria ideal, já que “ao conhecer o território, pode-se ver o que a comunidade mais precisa realmente, independentemente de uma chamada de projetos específica”. O Fundo Casa opera não somente através de chamadas a projetos, mas também com busca ativa por projetos que julga serem estratégicos.

Dificuldades relacionadas a Monitoramento & Avaliação por parte de grupos locais. Representantes de comunidades argumentam ter dificuldades relacionadas ao monitoramento e à avaliação de impacto das suas atividades. Segundo eles, existem desafios particulares às organizações de base que não conseguem ser contempladas e justificadas em formulários muito complexos, e nem todo progresso pode ser mapeado por indicadores previamente definidos, visto que cada contexto exige um olhar particular. Os mecanismos de Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem surgiram como um ponto de dificuldade para as organizações beneficiadas. Para muitas delas o financiamento é um instrumento que garante o modo de vida, a sobrevivência, a segurança alimentar e a defesa dos territórios dos grupos apoiados. Avaliar o impacto das suas ações dentro de critérios mais quantitativos e através de indicadores é uma capacidade que ainda precisa ser fortalecida.

Flexibilidade de orçamento e prestação de contas. No processo do relacionamento das organizações beneficiárias com outros financiadores, o desafio final está ligado à prestação de contas. As comunidades

de base compreendem que o valor do financiamento deve vir com uma rubrica flexível para responder às demandas urgentes e específicas de cada território. Um exemplo disso é a dificuldade de se alocar nos projetos investimentos em equipamentos (como computadores, celulares, GPS), custos de locomoção e de combustíveis, essenciais para as comunidades locais e indígenas afastadas do centro das cidades.

"Os doadores não entendem a necessidade de tanto investimento em combustível nos projetos. Para nós, povos indígenas, isso significa o nosso direito de ir e vir, considerando as grandes distâncias da Amazônia" (Líder indígena).

Volume de recursos que alcançam os Povos Indígenas e Comunidades Locais e construção de narrativas. De maneira geral, tanto PICL, quanto doadores reconhecem que os recursos investidos ainda são pequenos diante da magnitude da emergência climática e do protagonismo desses povos na defesa de seus territórios e na garantia de serviços ecossistêmicos para todos. Além disso, para os entrevistados, muitas vezes as comunidades não conseguem entender a ligação entre o que elas estão fazendo (como produzir alimentos sem agrotóxicos e defender territórios) com as mudanças climáticas. Nesse sentido, a construção de narrativas que liguem temas mais próximos à vida das pessoas com medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas é importante para garantir que PICL comuniquem suas ações e necessidades de maneira assertiva para conseguir mais financiamento.

"Algo fundamental que não está sendo pautado por doadores é a questão da segurança alimentar. As pessoas muitas vezes não tem o que comer. Se você come, você tem mais condições de agir sobre as mudanças climáticas e também de garantir a segurança do seu território" (Homem agricultor familiar).

9.2 Desafios elencados pelos doadores em relação ao apoio a PICL

Para os representantes de doadores entrevistados, as organizações internacionais encontram dificuldade em responder ao dilema de **como atender as demandas a nível local, ao mesmo tempo em que devem dar escala ao financiamento**. Segundo eles, para superar esse impasse, fundos locais como o Fundo Casa Socioambiental figuram como atores-chave para ampliar a capilaridade do financiamento e fazer com que as negociações a nível internacional impactem diretamente grupos de base em diferentes países.

Outro desafio citado é a **discrepância na linguagem usada pelos doadores e organizações locais**. Em geral, a informação, os sistemas online e os formulários para submissão de projetos não são acessíveis e intuitivos para os PICL, o que dificulta a formulação de propostas e o envio de relatórios de acompanhamento dos projetos. Nesse sentido, o Fundo Casa Socioambiental atua como um facilitador entre os doadores internacionais que desejam ampliar o apoio aos grupos de base e os grupos locais que precisam de recursos para a implementação de seus projetos.

Por fim, os doadores reconhecem que a **burocracia no processo de doação** é uma das principais barreiras para ampliar o financiamento. Diante disso, o Fundo Casa Socioambiental destaca-se por apoiar organizações de base de forma descentralizada, pouco burocrática e flexível às realidades de grupos locais. Tanto os doadores, quanto a equipe e as organizações apoiadas pelo Fundo Casa destacam a importância de manter laços de financiamento também pautados em um princípio de confiança entre as partes.

10. Principais mensagens, lições aprendidas e recomendações

Doadores do Fundo Casa Socioambiental elencaram algumas recomendações para outros financiadores interessados em ampliar o apoio de forma eficaz e responsável a fundos locais e a PICL. Da mesma forma,

os beneficiários do Fundo sugeriram pontos que devem ser considerados por fundos locais e doadores que desejem colaborar com soluções. As principais mensagens, lições aprendidas e recomendações são listadas abaixo:

- A. O financiamento precisa chegar na ponta e para isso acontecer o mais rápido possível precisamos de fundos locais com os quais haja relações de confiança estabelecidas - com os doadores e com as comunidades. Ao mesmo tempo, é necessário capacitar organizações de povos indígenas e comunidades locais para terem mais autonomia e diminuir a dependência de intermediários.**
- Doadores e beneficiários destacaram a necessidade de ampliar o trabalho do Fundo Casa Socioambiental e de contar com outros mecanismos similares para atingir cada vez mais comunidades locais em várias regiões do país, principalmente aquelas que são pouco apoiadas, democratizando o acesso a recursos. “Precisamos de mais fundos como o Fundo Casa Socioambiental” foi uma das frases mais ouvidas durante as entrevistas.
 - Os doadores reconhecem que não têm capacidade de alcançar diretamente as organizações de base e precisam de intermediários nos quais eles confiam e os quais tenham a confiança das comunidades locais.
 - A construção de capacidades e o fortalecimento organizacional deve ser contínuo, visto que essas pessoas e organizações foram historicamente vulnerabilizadas.
- B. Comunicação estratégica para dentro e para fora das organizações é chave - principalmente em tempos desafiadores de polarização política e ameaças aos direitos de PICL. Investimentos na infraestrutura da comunicação e em novas formas de comunicar são essenciais.**
- É necessário investir mais tanto na infraestrutura para facilitar a comunicação (como ampliar o acesso à internet nas comunidades, apoiar na compra de equipamentos, como computadores e celulares), quanto melhorar a forma de comunicar (com foco no gerenciamento de redes sociais, apoiar canais independentes de comunicação que possam alcançar as comunidades como rádios comunitárias);
- C. A capacitação das pessoas, das organizações de PICL deve ter foco na construção de autonomia, e deve respeitar a vontade de cada povo.**
- As comunidades locais necessitam ampliar a capacitação para suas equipes em diferentes setores, tais como gestão administrativa e financeira, comunicação, informática, escrita de propostas e captação de recursos.
 - Cada povo e comunidade têm necessidades diferentes de capacitação. Algumas não têm tanto interesse em realizar atividades burocráticas (atividades-meio) que podem consumir muito do tempo que elas precisam para fazer as atividades que julgam prioritárias (atividades-fim).
 - A obrigatoriedade de formalização jurídica de associações pode colocar em risco a saúde financeira das organizações e de líderes comunitários, que podem incorrer em débito e não conseguirem se adaptar a exigências burocráticas excessivas.
- D. Povos indígenas e comunidades locais relatam que apesar de na teoria serem reconhecidas pelos serviços prestados pelo cuidado da natureza, na prática há um baixo reconhecimento do trabalho prestado por eles, o que se traduz no baixo volume de financiamento a suas organizações.**
- Muitas vezes a equipe das organizações de base é totalmente voluntária, e não há alocação de salário para a equipe.
 - Por vezes, há resistência em se remunerar esses grupos de forma justa pelos seus serviços prestados. O fortalecimento das organizações de base deve incluir o compromisso de

assegurar empregos seguros e decentes, o reconhecimento e a valorização de diferentes saberes, incluindo os conhecimentos tradicionais.

E. O fortalecimento da capacidade de Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem das organizações de base e para as comunidades é importante para garantir a sustentabilidade das organizações.

- Os beneficiários muitas vezes têm dificuldade de mensurar o impacto das suas atividades no território através de indicadores e estruturar atividades focadas no médio e longo prazo. Apoiar essas capacidades pode ajudá-los a ampliar seu acesso a mecanismos de financiamento.

F. Há necessidade de apoio de mais longo prazo, bem como suporte para atividades que fortalecem cadeias produtivas sustentáveis e geram renda para os povos indígenas e comunidades locais.

- O apoio não pode servir somente para endereçar emergências, mas deve ser direcionado também para fortalecer uma economia que colabora com a floresta e seus povos. “É preciso levar a economia para dentro das comunidades, para não correr o risco das únicas alternativas para sobreviver serem as atividades ilegais e predatórias”.
- Normalmente, os apoios financeiros são de curto prazo e isso dificulta o planejamento das comunidades e das organizações de base ao longo do tempo, bem como o fortalecimento de capacidades institucionais e nas comunidades. É necessário mais apoio contínuo para alcançar uma mudança estrutural.

G. A rotina de financiamento e prestação de contas precisa ser adaptada à realidade dos povos indígenas e comunidades locais.

- Em geral, algumas exigências de prestação de contas por parte dos doadores não são adequadas às necessidades desses grupos. Por exemplo, pedir que enviem uma cotação de um serviço com 3 orçamentos ou exigir a apresentação de nota fiscal por alguma compra nem sempre é possível, dada a baixa diversidade e nível de profissionalização de fornecedores em algumas regiões.
- Os beneficiários do Fundo Casa Socioambiental estão satisfeitos com o nível de flexibilidade do financiamento e da adaptabilidade da prestação de contas.

H. É necessário ganhar escala no apoio a povos indígenas e comunidades locais.

- Beneficiários mencionaram a necessidade de aumentar o montante doado para cada organização, assim como alcançar mais organizações de base, e ampliar o tempo da doação dos projetos.
- Tão importante quanto aumentar o montante de recursos é aumentar a capacitação das organizações para que elas possam aumentar seu poder de captação de recursos e impacto.
- O Fundo Casa Socioambiental apresenta estrutura organizacional e planejamento interno para ampliar o número de doações feitas em até 3 anos. Em 2021, o Fundo doou US \$3,3 mi para beneficiários da sua carteira e a expectativa é de que o Fundo amplie suas doações em até US \$7,2 mi em 2025.

ANEXO I - Fluxograma de financiamento

